

20 ABO 1991

ESTADO DE SÃO PAULO

Recomeça negociação em NY

BRASÍLIA — Recomeça amanhã, em Nova York, a negociação da dívida externa brasileira de médio e longo prazos, no valor de US\$ 52 bilhões. Chefiando uma equipe de nove pessoas, o negociador da dívida, diplomata Pedro Malan, apresenta ao Comitê Assessor dos Bancos Credores a segunda proposta do governo Collor para um acordo global sobre a questão.

A primeira, apresentada em 1990 pela equipe da ex-ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, foi recusada pelos credores, que exigiram primeiramente a negociação dos juros em atraso. A questão dos atrasados (US\$ 8,5 bilhões até dezembro de 1990) está resolvida: o Brasil já pagou US\$ 900 milhões, pagará mais US\$ 1,1 bilhão até dezembro e o restante foi transformado em bônus de dez anos com a concordância dos bancos que detêm 95% dos créditos de médio e longo prazos com o País.

Malan tem evitado revelar detalhes sobre a proposta. De uma forma geral, ela busca normalizar as relações do Brasil com seus credores, mas estabelece condições mais suaves para o cumprimento das obrigações externas de médio e longo prazos. O que se pretende é uma redução não só dos juros mas também um desconto no valor devido, para tornar compatível o valor das prestações com a capacidade de pagamento do País. A exemplo da primeira proposta apresentada, esta de agora prevê pagamentos menores nos primeiros anos de vigência do acordo para não sobrecarregar o País no período de recuperação econômica.

A proposta a ser apresentada amanhã, porém, tem pontos divergentes da oferecida aos credores em 1990. Uma das diferenças é que a atual não contém prazos tão longos (até 45 anos) para os últimos pagamentos.

O governo se prepara para receber na semana que vem a missão do Fundo Monetário Internacional. O retorno dos técnicos está programado há um mês, quando o economista Sterie Beza, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, passou a chefiar as negociações com o governo brasileiro.

A nova rodada de negociações com o Fundo aprofundará a discussão do ajuste fiscal deste ano, a partir da consolidação das contas públicas que aponta para um déficit público potencial de 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, quer avançar nas discussões na tentativa de ganhar tempo e concluir um acordo com o FMI ainda este ano. A estratégia é imprimir ritmo acelerado nos entendimentos com os bancos credores privados internacionais e com o FMI.